

A Hagiotoponímia de Entre Douro e Vouga nas Inquirições: 1258-1288

– Hugo Ferreira

Resumo

Tendo como principal fonte as Inquirições Gerais de 1258 e de 1288, serão analisados os hagiotopónimos aí referidos relativos às paróquias existentes entre os rios Douro e Vouga, de forma a compreendermos quais os santos invocados como padroeiros nesse território na segunda metade do século XIII. Com base em estudos já realizados por outros autores será também feita uma análise deste grupo de oragos, como é o caso do número de invocações de cada um.

Palavras-chave: Hagiotoponímia; Inquirições Gerais; oragos; santos; paróquia.

Abstract

Having as main source the “Inquirições Gerais” of 1258 and 1288, and considering the patron saints mentioned there for each parish inquired between the rivers Douro and Vouga, we will analyze that group, by trying to understand which are the saints invoked as patrons and discuss the number of invocations of each one, based on previous studies made by other authors.

Keywords: Toponymy; *Inquirições Gerais*; patron saints; saints; parish.

Introdução

Como sabemos, designa-se por hagiotopónimo a nomenclatura de um local que é composta pelo nome do seu orago e pelo seu topónimo, uma situação que era comum na época medieval. Como afirma Domingos A. Moreira, a “fórmula *normal*, na Idade Média, de designar uma freguesia é *orago + topónimo*”.¹

Assim, pela forma como são construídos, os hagiotopónimos são uma importante fonte de informação para os historiadores, pois permitem saber, por exemplo, que paróquias existiam em determinado momento e que santos eram aí invocados como padroeiros, ou reconstruir santorais e realizar estudos filológicos, como já fizeram alguns autores e como teremos oportunidade de ver no ponto que se segue.

¹ Domingos A. Moreira, “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais,” *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 1ª Série, 34 (1971): 126.

Contudo, a hagiotoponímia é uma área de estudo que requer alguma atenção para evitar que se cometam erros de interpretação, sobretudo quando falamos de uma época tão antiga como é a época medieval. Como alerta Domingos A. Moreira, os hagiotopónimos podiam sofrer alterações ao longo do tempo, e esta é uma questão à qual devemos estar bem atentos, pois num determinado momento o topónimo podia ser o nome de um dos lugares da paróquia, mas depois podia receber o nome de um outro lugar e, no entanto, era sempre a mesma freguesia. Estas situações podiam ocorrer quando, por vezes, a igreja paroquial era transferida de um lugar para outro (por despovoamento, mudança do centro da paróquia, ou aumento da importância do novo local). Portanto, um novo topónimo não significa que existisse uma nova freguesia, ou que o lugar anterior tenha sido uma freguesia entretanto extinta. O mesmo autor diz também que, por vezes, os escrivães desconheciam esta mudança e registavam certas freguesias como novas, quando na verdade já existiam, ao que devemos também estar atentos, assim como aos casos em que as freguesias vizinhas ou confinantes possuíam o mesmo topónimo, só se distinguindo pelo orago.²

Assim, tendo em conta as informações que os hagiotopónimos nos podem fornecer, ainda que sejam vários os cuidados a ter, é inegável a importância de uma área de estudo como a hagiotoponímia. No caso do presente artigo, pretende-se identificar, através dos hagiotopónimos referidos nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288, os santos padroeiros das paróquias existentes entre os rios Douro e Vouga na segunda metade do século XIII.

Por inquirirem praticamente todas as paróquias da zona norte do país (as *Inquirições Gerais* de 1258 cobrem parte do território em causa e as de 1288 a sua quase totalidade), e designarem-nas com a fórmula orago + topónimo, são ambas uma fonte riquíssima para este género de trabalhos, o que teve influência na escolha da área geográfica a ser analisada e também na cronologia selecionada.

Contudo, existem algumas exceções, ou seja, algumas paróquias que não foram inquiridas por esta fonte, pelo que, para colmatar aquelas falhas, mostrou-se bastante útil a obra *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-medievais*, de Domingos A. Moreira, publicada em fascículos distribuídos por cinco volumes do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.³

² Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 34 (1971): 126-128.

³ Para responder aos objetivos pretendidos, apenas foi utilizada a segunda parte deste artigo, distribuída pelos quatro últimos volumes: Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos

Neste sentido, após uma breve análise do percurso seguido pela hagiotoponímia na historiografia portuguesa e uma comparação com a historiografia espanhola, procuraremos identificar, através das *Inquirições Gerais* de 1258 e de 1288 e do artigo acima mencionado, os santos invocados como padroeiros no território entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII. De uma forma mais específica, podemos definir o espaço delimitado como correspondente aos atuais concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia.

Após a conclusão desta primeira etapa, e depois de perceber quais os santos padroeiros que estão presentes em maior e menor número, tentaremos ainda dividi-los de acordo com a sua categoria e origem (romana, hispânica, oriental ou outros locais), e identificar o grupo que mais influência teve nesta zona em estudo.

No entanto, ainda antes de vermos estes aspetos, será apresentada uma breve contextualização do tema em causa, procurando compreender a distribuição das paróquias em estudo pelas respetivas dioceses à época, assim como o culto dos santos e a sua importância nesta altura. Mas, vejamos agora, então, o percurso seguido pela hagiotoponímia nas historiografias portuguesa e espanhola.

1. A Hagiotoponímia na Historiografia⁴

Como todos os projetos de investigação, este começou também por uma pesquisa bibliográfica, de forma a conhecer os trabalhos existentes dedicados à hagiotoponímia. Este passo é fundamental, uma vez que só assim se podem conhecer outros estudos já existentes e evitar repetições, mas também usufruir dos dados recolhidos e das informações já tratadas e estudadas por outros autores, que se podem mostrar úteis para a elaboração do nosso trabalho.

onomásticos alti-medievais (Continuação do Vol. XXXIV – Fascs. 3-4). II Parte: Inventariação onomástica," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 35 (1972): 141-237; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. 2ª Parte: Inventariação onomástica (B-F)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 2 (1984): 7-86; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação onomástica (Fascículo G-O)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 3/4 (1985/6): 61-157; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação onomástica (Fascículo P)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 5/6 (1987/8): 7-53; Domingos A. Moreira, "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. 2ª Parte: (Fascículo R-V) – (Conclusão)," *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 7/8 (1989/90): 7-117.

⁴ Uma vez que os títulos mencionados ao longo deste capítulo, com apenas duas exceções, não serão utilizados para a construção do presente artigo, os mesmos serão apenas referenciados em nota de rodapé, não estando presentes na listagem bibliográfica final.

Contudo, tendo em conta que o objetivo deste artigo não é discutir a hagiotoponímia na historiografia, serão apenas aqui mencionados alguns títulos de trabalhos que se dedicaram a esta área de estudo e cujo conhecimento é indispensável.

Assim, sobre este tema, é necessário referir primeiramente o autor Pierre David, que, recorrendo à hagiotoponímia, identificou os patronos das igrejas entre os rios Minho e Mondego desde 870 até ao ano 1100. Através do grande número de locais de culto que possuíam o nome dos seus santos titulares, Pierre David reconstruiu também o “santoral hispânico” até ao século XI, baseando-se em calendários vigentes até esse século.⁵

Três anos depois, entre 1949 e 1950, Joseph M. Piel publicou um artigo intitulado *Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular*,⁶ onde o próprio admite que a lista de santos que Pierre David apresentou é bastante completa, e que por isso o seu trabalho revela poucos santos que aquele ainda não tivesse apresentado. Contudo, se Pierre David apresenta apenas uma simples referência para cada santo, Joseph Piel vai mais longe, e elabora uma pequena nota biográfica para cada um, enumera os vários locais onde cada santo é invocado e apresenta as diferentes formas toponímicas de cada nome.

Também não pode deixar de ser mencionada a obra de Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, onde são identificados os patronos das igrejas desta diocese, e entre outros aspetos, foram também tidos em consideração os calendários vigentes na época.⁷

Contudo, se considerarmos todo o panorama peninsular, percebemos que em Espanha o número de trabalhos dedicados ao estudo dos hagiotopónimos é mais significativo. Só na revista *Memoria ecclesiae*, têm-se publicado, desde 1990, vários artigos referentes a diferentes áreas geográficas do país, da autoria de Ramón

⁵ David Pierre, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947), 185-256.

⁶ Joseph M. Piel, “Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular”, *In Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 25 (1949): 287-353 e 26 (1950): 281-314.

⁷ Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga* (Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1959), I, 305-359.

González Ruiz,⁸ de Antoni Bach i Riu,⁹ de José Ángel Garro Muxika,¹⁰ de Felipe Gil Peces Rata,¹¹ ou de Manuel Jesús Carrasco Terriza.¹²

Mas, também existem estudos de caráter geral, como os de Agustín Hevia Ballina¹³ e de Juan-Pablo García-Borrón.¹⁴

Todavía, apesar de existirem vários estudos para diversas áreas geográficas, existe uma grande semelhança com o caso português, pois nota-se uma certa tendência em ambas as historiografias para estudar períodos mais recuados (como revelam os próprios títulos destes artigos). Mas, apesar de serem em menor número, também existem trabalhos para períodos posteriores, como é o caso de um interessante artigo de Agustín Hevia Ballina.¹⁵

Torna-se ainda necessário referir que a quase totalidade destes trabalhos tem entre os seus principais objetivos reconstruir o santoral da região em estudo para a época em causa, o que, como já vimos, Pierre David também efetuou para a zona entre o rio Minho e o Mondego desde 870 até 1100.

Portanto, através desta breve análise, podemos perceber que existem algumas semelhanças entre a historiografia portuguesa e espanhola, como o estudo de períodos mais recuados e a reconstrução de santorais. Mas também percebemos que existem algumas diferenças, pois em Espanha existem mais trabalhos e para um maior número de áreas geográficas específicas.

⁸ Ramón González Ruiz, "Hagiotopónimos Hispanovisigóticos de Toledo y Su Diócesis: Ensayo de Interpretación", *Memoria ecclesiae*, 2 (1991): 73-83.

⁹ Antoni Bach Riu, Antoni, "Los Antiguos Hagiotopónimos del Obispado de Solsona", *Memoria ecclesiae*, 3 (1992): 237-254.

¹⁰ José Ángel Garro Muxika, "Dispersión Hagiotoponímica Hispano-mozárabe en la Diócesis de San Sebastián", *Memoria ecclesiae*, 5 (1994): 383-406.

¹¹ Felipe Gil Peces Rata, "Hagiotoponimia Hispano-mozárabe en la Diócesis de Sigüenza", *Memoria ecclesiae*, 9 (1996): 641-646.

¹² Manuel Jesús Carrasco Terriza, "Hagiotoponimia Hispano Mozárabe en la Diócesis de Huelva", *Memoria ecclesiae*, 14 (1999): 545-585.

¹³ Agustín Hevia Ballina, "La Dispersión del Santoral Hispano-mozárabe: Un Acercamiento Desde la Hagiotoponimia", *Memoria ecclesiae*, 2 (1991): 65-72.

¹⁴ Juan-Pablo García-Borrón, *Diccionario Geográfico de Hagiotoponimia Española* (Barcelona: Universidad de Barcelona, 2013).

¹⁵ Agustín Hevia Ballina, "Hagiotoponimia de las Parroquias de la Diócesis de Oviedo, Según el "Libro Becerro" de la Catedral (1385): Génesis y Proceso de Implantación de un Santoral Asturiano", *Memoria ecclesiae*, 2 (1991): 85-108.

2. Os Contextos

2.1. Paróquias e Dioceses

Para contextualizar o leitor no espaço é fundamental apresentar alguns aspetos gerais sobre a divisão diocesana e paroquial do território português na segunda metade do século XIII, o período temporal em que se desenvolve este trabalho.

Se recuarmos um pouco nos acontecimentos, sabemos que, até à primeira década do século XII, existiam apenas dois territórios diocesanos em Portugal: Braga (que se estendia entre os rios Lima e Douro) e Coimbra (entre o rio Douro e a fronteira com o Islão). Mas esta situação rapidamente se alterou. Entre 1112 e 1114 foi restaurada a diocese do Porto, tornando-se autónoma em relação a Braga. No entanto, a construção desta diocese não foi apenas conseguida através de territórios da diocese bracarense, mas também da diocese de Coimbra, alargando a sua área territorial para sul do rio Douro, até ao rio Antuã, ou seja, incluindo nos seus domínios a terra de Santa Maria (Feira).¹⁶ Essa questão dos limites com a diocese coimbrã apenas ficou resolvida em 1258.¹⁷

Mas esta não foi a única perda territorial sofrida pela diocese de Coimbra. Após a conquista de Lisboa em 1147, D. Afonso Henriques restaurou as dioceses de Lamego e Viseu, que até aí eram administradas por Coimbra. Também os limites desta diocese com a de Lisboa (restaurada também em 1147) foram definidos. O processo de restauração diocesana estendeu-se ao restante país, ficando concluído com a restauração da diocese de Évora em 1166, da Guarda em 1203 e finalmente Silves em 1253.¹⁸

Portanto, na segunda metade do século XIII, período em que se centra este trabalho, o espaço territorial português encontrava-se dividido nas dioceses do Porto, Coimbra e Viseu, que eram sufragâneas da arquidiocese bracarense; Lamego, Guarda, Lisboa e Évora que eram sufragâneas de Santiago de Compostela; e finalmente, a diocese de Silves, sufragânea da sede metropolitana de Sevilha.¹⁹

Mas o espaço diocesano era demasiado vasto para que o bispo pudesse exercer diretamente a sua influência, e servir as necessidades de assistência sacramental de

¹⁶ Bernardo de Sá Nogueira, "Geografia Eclesiástica. I. Época Medieval", Carlos A. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), II, 290.

¹⁷ Ana Maria C. M. Jorge *et al*, "Organização eclesiástica do espaço," Carlos A. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), I, 163.

¹⁸ Nogueira, "Geografia", II, 291.

¹⁹ Nogueira, "Geografia", II, 292.

toda a população. Por este motivo, como sabemos, foram também criadas divisões territorialmente inferiores às dioceses: as paróquias.²⁰

Pierre David mostrou que as primeiras paróquias foram fundadas por iniciativa episcopal, não existindo, contudo, o objetivo de cobrir todo o território. As paróquias seriam fundadas à medida que cada localidade fosse aumentando e que as populações desejassem uma igreja. Portanto, as primeiras paróquias não formavam uma rede contínua, estavam distribuídas de forma irregular pela diocese. Isto significa que algumas paróquias eram mais extensas que outras e que provavelmente alguns lugares não pertenceriam a nenhuma paróquia. Portanto, as paróquias não possuindo fronteiras precisas eram, nas palavras de José Mattoso, “centros com um certo raio de ação”.²¹

No entanto, segundo este mesmo autor, esta é uma realidade que se alterou entre a segunda metade do século XIII e o princípio do século XIV, ou seja, durante o período cronológico em estudo neste artigo, passando o território paroquial a possuir uma delimitação física.²² Esta mudança ocorreu, pois, segundo José Mattoso, durante os séculos XII e XIII, assistiu-se a uma gradual implantação das prestações que os fiéis deviam pagar para o sustento do clero paroquial, e “o processo de delimitação física das paróquias só se consumou para poder definir a quem se tinha de pagar o dízimo e as outras contribuições eclesiásticas”.²³

Assim, tendo em conta esta breve descrição da organização diocesana e paroquial do território português na segunda metade do século XIII, sabemos que a área territorial em estudo, ou seja, o entre Douro e Vouga, compreendia paróquias das dioceses do Porto, Coimbra, Viseu e Lamego.

Relativamente à diocese do Porto, nela estavam incluídos os territórios a sul do rio Douro que compreendiam a terra de Santa Maria (antes pertencente à diocese de Coimbra), correspondente ao julgado da Feira, onde é possível identificar freguesias pertencentes aos atuais concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, Ovar, Espinho, Arouca, Estarreja e São João da Madeira.²⁴

Quanto à diocese de Coimbra, dela faziam parte, entre outras, algumas freguesias da zona mais a norte do arcediagado de Vouga (que se estendia até ao rio Mondego), como era o caso das freguesias de Codal, Macieira de Cambra e São Pedro

²⁰ José Mattoso, “Paróquia. I. Até ao século XVIII,” Carlos A. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), III, 373.

²¹ Mattoso, “Paróquia”, III, 373-374.

²² Mattoso, “Paróquia”, III, 373.

²³ Mattoso, “Paróquia”, III, 375.

²⁴ Jorge, “Organização”, I, 165.

de Castelões, pertencentes ao atual concelho de Vale de Cambra, ou São Miguel de Travaçó, hoje integrante do concelho de Arouca.²⁵

Da diocese de Lamego faziam parte as terras de Arouca e Paiva, fazendo ambas fronteira com as dioceses do Porto e de Coimbra. Também a freguesia de Alvarenga, em análise neste artigo e pertencente ao arcebispo de Cinfães, integrava esta diocese.²⁶

Por fim, em relação à diocese de Viseu, dela faziam parte algumas paróquias do arcebispo de Lafões e que hoje integram os concelhos de Vale de Cambra, Sever do Vouga e São Pedro do Sul, como é o caso de Junqueira, Santa Maria de Sever, Santa Cruz, o Mosteiro Cisterciense de São Cristóvão de Lafões, São Pedro do Sul, Sul e Figueiredo de Alva.²⁷

2.2. O Culto dos Santos e a Sociedade Medieval

Só se pode compreender a existência dos hagiopónimos, ou seja, a presença do nome do orago na designação da paróquia a que pertence, se percebermos a importância e o significado do culto dos santos para a população medieval, o que se procurará explicar brevemente neste subponto.

De facto, a religião desempenhava um enorme papel na vida da sociedade medieval portuguesa, sendo sobretudo visível na receção dos sacramentos (como o crisma, o batismo, a penitência, a comunhão e a extrema-unção),²⁸ “na assistência às missas e outras cerimónias da Igreja, nos jejuns e abstinências, e nas peregrinações ou romarias”.²⁹

Todas estas atividades eram acompanhadas e motivadas pelo culto dos santos, que teve início já na antiguidade cristã, nascendo junto ao túmulo dos mártires:

No dia de aniversário da morte daquele ou daquela que havia dado testemunho de Jesus Cristo ressuscitado, derramado o seu sangue por Ele, como Ele o havia derramado por nós, os fiéis reuniam-se para celebrar o sacrifício eucarístico e invocar a proteção do mártir.³⁰

²⁵ Jorge, “Organização”, I, 168.

²⁶ Jorge, “Organização”, I, 172.

²⁷ Jorge, “Organização”, I, 170.

²⁸ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana* (Lisboa: Sá da Costa, 1981), 152.

²⁹ Marques, *A Sociedade*, 155.

³⁰ Georges Daix, *Dicionário dos Santos: Do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses* (Lisboa: Terramar, 2000), 12.

A importância e influência deste culto no quotidiano da população tornaram-se imensas, tendo em conta, por exemplo, que o seu calendário regulava o pagamento das rendas, as feiras e as festas.³¹ Mas existe ainda um outro aspeto que desempenhava um papel fundamental na vida da sociedade medieval: a crença nas várias características milagrosas atribuídas aos santos, que se manifestava na realização de missas em sua honra, assim como no facto de mover os fiéis em peregrinações, quer em Portugal quer para o estrangeiro.³²

Assistir à missa era uma prática comum tanto para os reis e grandes senhores (que a ouviam diariamente) como para os populares (que também não se limitavam a uma missa semanal). Aqui, os santos eram venerados em comunidade, mas existiam também as devoções individuais, realizadas em casa. Todos os palácios, solares ou casas mais humildes possuíam o seu santuário com várias imagens de santos que eram aí adorados.³³

Mas, o culto dos santos era também vivido de outra forma. Como já antes foi referido, vários eram os fiéis que acorriam em peregrinação aos diversos santuários existentes em Portugal na Idade Média. Nos séculos XII e XIII, era sobretudo no Entre-Douro-e-Minho e na Beira que estes se localizavam, como por exemplo S. Geraldo de Braga ou a Senhora da Peneda. Mas a sul também existiam alguns centros importantes como a Nossa Senhora da Nazaré e a Senhora do Cabo na Estremadura, a Flor da Rosa no Alentejo ou S. Vicente do Cabo no Algarve. Alguns também peregrinavam a grandes santuários internacionais como Roma, Palestina ou Santiago de Compostela.³⁴

Nestes locais eram veneradas as imagens e relíquias dos santos que aí estavam expostas (ossos, pedaços de carne, peças de vestuário, pelos da barba ou objetos em que o santo tinha tocado);³⁵ e todos aqueles que as procuravam, desde o rei ao mais pobre camponês, buscavam soluções para os seus problemas, agradeciam o auxílio prestado, pediam perdão pelos seus pecados e cumpriam promessas.³⁶

Em louvor dos Santos eram também realizadas procissões, que variavam de local para local, mas todas as terras festejavam o santo patrono da sua igreja.³⁷

³¹ Maria Alegria Fernandes Marques, "O Clero – Homens de Oração e Ação", Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal* (Lisboa: Presença, 1996), III, 248.

³² Marques, "O Clero," 248.

³³ Marques, *A Sociedade*, 155-156.

³⁴ Marques, *A Sociedade*, 157-158.

³⁵ Marques, *A Sociedade*, 159.

³⁶ Marques, *A Sociedade*, 157.

³⁷ Marques, *A Sociedade*, 163.

Compreende-se assim a grande importância da religião na vida do homem medieval, que prestava culto a uma grande variedade de santos. No entanto, é importante mencionar que, apesar desta influência da religião na sociedade, o paganismo continuava presente nas suas vidas. O culto dos antigos deuses manteve-se, sobretudo nas classes inferiores. Vários eram aqueles que acreditavam em superstições, nas estrelas, nos signos, ou nas feitiçarias. Nas palavras de A. H. de Oliveira Marques, todos estes cultos eram encobertos por um “cristianismo de fachada”.³⁸

3. Dos Hagiopónimos aos Oragos

Uma vez apresentados os contextos, como o espaço que aqui vamos estudar, chegou o momento de identificar os oragos aí invocados. Para tal, foi construído o quadro 3.1, onde constam as paróquias e os oragos identificados através das fontes e bibliografia que já aqui referimos.

Para a elaboração desse quadro optou-se por indicar todas as paróquias existentes na atualidade, dividindo-as por concelhos e seguindo uma ordem alfabética, de forma a facilitar a sua identificação e organizar a informação. Na maior parte dos casos, as paróquias atualmente existentes possuem correspondência com aquelas existentes na segunda metade do século XIII, mas, nos casos em que essas paróquias ainda não existiam, o critério aplicado foi não apresentar qualquer orago.

Por outro lado, algumas paróquias mencionadas nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288 hoje não existem como tal, são apenas simples povoações e noutros casos, possuíam outra designação que não a atual. Em alguns casos essa designação deixou de existir, enquanto em outros ocorreu uma mudança do centro da paróquia, sendo o anterior topónimo uma simples povoação no presente. Mas, todas estas situações estão identificadas ao longo do quadro seguinte:

³⁸ Marques, *A Sociedade*, 170-171.

Quadro 1. Paróquias e Oragos de Entre Douro e Vouga na segunda metade do Séc. XIII

Atuais Concelhos	Atuais Paróquias ³⁹	Orago		
		Inquirições de 1258	Inquirições de 1288	Outras Referências Documentais ⁴⁰
Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	-	-	-
	Alquerubim	-	-	Santa Marinha
	Angeja	-	-	-
	Branca	-	São Vicente	-
	Frossos	-	-	-
	Ribeira de Fráguas	-	-	-
	São João de Loure	-	-	São João
	Vale Maior	-	-	Santa Eulália
Arouca	Albergaria da Serra	-	-	-
	Alvarenga	-	-	-
	Arouca	-	-	São Pedro
	Burgo	-	-	São Salvador
	Cabreiros	-	-	-
	Canelas	-	-	-
	Chave	-	-	Santa Eulália
	Covelo de Paivó	-	-	-
	Escariz	-	Santo André	-
	Espiunca	São Martinho		-
	Fermedo	-	Santa Maria	-
	Janarde	-	-	-
	Mansores	-	-	Santa Cristina
	Moldes	-	-	Santo Estêvão
	Rossas	-	-	Santa Maria
	Santa Eulália	-	-	Santa Eulália
	São Miguel do Mato	-	São Miguel	-
Tropeço	-	-	Santa Marinha	

³⁹ Ter em consideração a explicação apresentada anteriormente.

⁴⁰ Apenas para as freguesias não referidas nas *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288, de acordo com referências documentais recolhidas por Domingos A. Moreira (ver nota 39).

	Urrô	-	-	São Miguel
	Várzea	-	-	São Salvador
Castelo de Paiva	Bairros	São Miguel		-
	Fornos	São Paio		-
	Paraíso	São Pedro		-
	Pedorido	Santa Eulália		-
	Raiva	São João		-
	Real	Santa Marinha		-
	Santa Maria de Sardoura	Santa Maria		-
	São Martinho de Sardoura	São Martinho		-
	Sobrado	Santa Maria		-
Espinho	Anta	-	-	São Martinho
	Espinho	-	-	-
	Gandra (hoje é uma povoação que pertence à freguesia de Anta)	-	São Mamede	-
	Guetim	-	São Salvador	-
	Paramos	-	Santo Tirso	-
	Silvalde	-	São Tiago	-
Estarreja	Avanca	-	-	Santa Marinha
	Beduído	-	-	São Tiago
	Canelas	-	-	-
	Fermelã	-	São Miguel	-
	Pardilhó	-	-	-
	Salreu	-	São Martinho	-
	Veiros	-	-	-
Murtosa	Bunheiro	-	-	-
	Monte	-	-	-
	Murtosa	-	-	-
	Torreira	-	-	-
Oliveira de Azeméis	Carregosa	-	São Salvador	-
	Cesar	-	São Pedro	-
	Fajões	-	São Martinho	-

	Loureiro	-	São João	-
	Macieira de Sarnes	-	Santa Eulália	-
	Macinhata da Seixa	-	Santo André	-
	Madail	-	São Mamede	-
	Nogueira do Cravo	-	São Cristóvão	-
	Oliveira de Azeméis	-	São Miguel	-
	Ossela	-	São Pedro	-
	Palmaz	-	Santa Marinha	-
	Pindelo	-	Santa Maria	-
	Pinheiro da Bemposta (designada por Figueiredo nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1288, que hoje é apenas uma povoação daquela freguesia)	-	São Paio	-
	Santiago de Riba UI	-	São Tiago	-
	São Martinho da Gândara	-	São Martinho	-
	São Roque (designada por Vila Chã nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1288, sendo esta freguesia ainda hoje conhecida também por Vila Chã de São Roque)	-	São Pedro	-
	Travanca	-	São Martinho	-
	UI	-	Santa Maria	-
	Vila de Cucujães	-	-	São Martinho
Ovar	Arada	-	São Martinho	-
	Cortegaça	-	Santa Maria	-
	Esmoriz	-	Santa Maria	-
	Maceda	-	São Pedro	-
	Ovar (designada por Cabanões nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1288)	-	São Cristóvão	-
	São João	-	-	-
	São Vicente de Pereira Jusã	-	São Vicente	-
	Válega	-	Santa Maria	-
	Argoncilhe	-	São Martinho	-

Santa Maria da Feira	Arrifana	-	Santa Maria	-
	Caldas de São Jorge	-	São Jorge	-
	Canedo	-	São Pedro	-
	Duas Igrejas (hoje é apenas uma povoação pertencente à freguesia de Romariz)	-	São Miguel	-
	Escapães	-	São Martinho	-
	Espargo	-	São Tiago	-
	Fiães	-	Santa Maria	-
	Fornos	-	São Salvador	-
	Gião	-	Santo André	-
	Guisande	-	São Mamede	-
	Lobão	-	São Tiago	-
	Louredo	-	São Vicente	-
	Lourosa	-	São Tiago	-
	Meladas (hoje é apenas uma povoação pertencente à freguesia de Mozelos)	-	Santa Maria	-
	Milheirós de Poiars	-	São Miguel	-
	Mosteiró (designada por Proselha nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1288, que hoje é apenas uma povoação daquela freguesia)	-	Santo André	-
	Mozelos	-	São Martinho	-
	Nogueira da Regedoura	-	São Cristóvão	-
	Paços de Brandão	-	São Cipriano	-
	Pigeiros	-	Santa Maria	-
	Rio Meão	-	São Tiago	-
	Romariz	-	Santo Isidoro	-
	Sanfins	-	São Félix	-
	Sanguedo	-	São Cristóvão	-
	Santa Maria da Feira	-	São Nicolau	-
	Santa Maria de Lamas	-	Santa Maria	-
São João de Ver	-	São João	-	

	São Miguel do Souto	-	São Miguel	-
	São Paio de Oleiros	-	São Paio	-
	Travanca	-	-	-
	Vale	-	-	Santa Maria
	Vila Maior	-	São Mamede	-
São João da Madeira	São João da Madeira	-	São João	-
São Pedro do Sul	Baiões	Santa Eulália		-
	Bordonhos	São João		-
	Candal	-	-	-
	Carvalhais	São Tiago		-
	Covas do Rio e São Martinho das Moitas (constituíam uma freguesia designada por São Martinho de "Cavanon" nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1258)	São Martinho	-	-
	Figueiredo de Alva	São Salvador	-	-
	Manhouce	-	-	-
	Pindelo dos Milagres	Santa Maria		-
	Pinho	São João		-
	Santa Cruz da Trapa	São Mamede		-
	São Cristóvão de Lafões	São Cristóvão	-	-
	São Félix	-	-	-
	São Pedro do Sul	São Pedro		-
	Serrazes	São Salvador		-
	Sul	Santo Adriano	-	-
	Valadares	-	-	-
	Várzea	Santa Maria		-
Vila Maior	Santa Maria		-	
Sever do Vouga	Cedrim e Couto de Esteves (segundo as <i>Inquirições Gerais</i> de 1258 e 1288 eram duas povoações integrantes da freguesia de	São Miguel		-

	Ribeiradio, atual concelho de Oliveira de Frades)			
	Dornelas	-	-	-
	Paradela e Pessegueiro do Vouga (constituíam uma freguesia designada por São Martinho de Sever nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1258 e 1288)	São Martinho		-
	Sever do Vouga e Rocas do Vouga (constituíam uma freguesia designada por Santa Maria de Sever nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1258 e 1288)	Santa Maria		-
	Silva Escura	São João		-
	Talhadas	-	-	-
	Arões e Junqueira (constituíam uma freguesia designada por São Miguel de Junqueira nas <i>Inquirições Gerais</i> de 1258 e 1288)	São Miguel		-
Vale de Cambra	Cepelos	-	São João	-
	Codal	-	São Tiago	-
	Macieira de Cambra	-	Santa Maria	-
	Roge	-	São Salvador	-
	São Pedro de Castelões	-	São Pedro	-
	Vila Chã	-	Santa Maria	-
	Vila Cova do Perrinho	-	-	-
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	-	São Miguel	-
	Avintes	-	São Pedro	-
	Canelas	-	São João	-
	Canidelo	-	Santo André	-
	Crestuma	-	-	Santa Marinha
	Grijó	-	São Salvador	-
	Gulpilhares	-	Santa Maria	-
	Lever	-	Santo André	-
	Madalena	-	Santa Maria Madalena	-

	Mafamude	-	São Cristóvão	-
	Olival	-	-	Santa Maria
	Oliveira do Douro	-	Santa Eulália	-
	Pedroso	-	São Pedro	-
	Perosinho	-	São Salvador	-
	Sandim	-	-	Santa Maria
	Santa Marinha		-	Santa Marinha
	São Félix da Marinha	-	São Félix	-
	São Pedro da Afurada	-	-	-
	Seizezelo	-	Santa Marinha	-
	Sermonde	-	São Pedro	-
	Serzedo	-	São Mamede	-
	Valadares	-	São Salvador	-
	Vilar de Andorinho	-	São Salvador	-
	Vilar do Paraíso	-	São Pedro	-

Fontes: Elaborado a partir das Inquirições Gerais de 1258 e 1288 e registos documentais recolhidos em: Moreira, "Freguesias", 1ª Série, 35, 141-237; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 2, 7-86; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 3/4, 61-157; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 5/6, 7-53; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 7/8, 7-117.

Considerando as informações presentes neste quadro, analisaremos no ponto que se segue algumas questões relacionadas com o grupo de oragos que aí se pode observar.

4. Os Oragos

Segundo Miguel de Oliveira⁴¹ e Joseph Piel,⁴² quando as igrejas catedrais e paroquiais passaram a ser consagradas a um padroeiro (situação que em meados do século VII já se teria estendido a todas as igrejas⁴³), foram sobretudo dedicadas aos santos mártires. No entanto, segundo os mesmos autores, este hagiográfico primitivo possuía algumas exceções, como é o caso de São Martinho de Tours, São Salvador, Santa Maria, o Arcanjo São Miguel, São João Batista e os Apóstolos (que apesar de também serem mártires, ocupavam um lugar à parte devido ao seu carácter especial).

⁴¹ Miguel de Oliveira, *As Paróquias Rurais Portuguesas: Sua Origem e Formação* (Lisboa: União Gráfica, 1950), 165-166.

⁴² Piel, "Os Nomes", 25, 291-292.

⁴³ Oliveira, *As Paróquias*, 77.

Com algumas exceções, como Santa Maria Madalena e Santo Isidoro de Sevilha, assim como a incerteza do São Martinho a que ambas as *Inquirições Gerais* se referem (Tours ou Dume), este ainda era, maioritariamente, o panorama hagiográfico de entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII, como se pode comprovar através do Quadro 2.

Quadro 2. Oragos de Entre Douro e Vouga na segunda metade do Séc. XIII

Orago	Nº de Paróquias/Igrejas	Percentagem
Santa Maria	24	16,78%
São Martinho	14	9,79%
São Pedro	13	9,09%
São Salvador	12	8,39%
São Miguel	11	7,69%
São João Batista	10	6,99%
São Tiago	9	6,29%
Santa Marinha	8	5,59%
Santa Eulália	7	4,90%
Santo André	6	4,20%
São Cristóvão	6	4,20%
São Mamede	6	4,20%
São Paio	3	2,10%
São Vicente	3	2,10%
São Félix	2	1,40%
Santo Adriano	1	0,70%
São Cipriano	1	0,70%
Santa Cristina	1	0,70%
Santo Estevão	1	0,70%
Santo Isidoro	1	0,70%
São Jorge	1	0,70%
Santa Maria Madalena	1	0,70%
São Nicolau	1	0,70%
Santo Tirso	1	0,70%
Total	143	100,00%

Fontes: Elaborado a partir das *Inquirições Gerais* de 1258 e 1288 e registos documentais recolhidos em: Moreira, "Freguesias", 1ª Série, 35, 141-237; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 2, 7-86; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 3/4, 61-157; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 5/6, 7-53; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 7/8, 7-117.

As alterações relativamente ao hagiográfico primitivo eram, de facto, poucas, até porque, como explica Domingos de A. Moreira, até às proximidades do rio Vouga, a maior parte das freguesias são muito antigas, sendo também aí, portanto, onde estão presentes os cultos mais antigos, ao contrário daqueles mais recentes, cuja presença é

maior no centro e sobretudo no sul do país (o que não significa que não existam no norte).⁴⁴

Esta explicação de Domingos de A. Moreira prende-se com as invasões muçulmanas e com o processo de Reconquista Cristã, o qual, partindo de norte para sul, permitiu que as zonas mais a norte, estando menos tempo sob a influência muçulmana, mantivessem algumas tradições anteriores àquelas invasões, o que ia diminuindo para sul, levando a que novos oragos fossem escolhidos aquando da conquista desses territórios, pois em alguns casos os antigos já estavam esquecidos. Como dizia Pierre David, ainda que os quadros administrativos e militares entre os rios Tejo e Minho pudessem ter sido afetados pelas invasões muçulmanas, a população tivesse ficado distribuída de forma mais rarefeita e muitas terras tivessem ficado incultas, permaneceu um elemento de continuidade que conservou as antigas tradições. Assim, mesmo que várias igrejas ou mosteiros tivessem caído em ruína, muitos desses edifícios foram de novo reconstruídos sobre a invocação dos antigos titulares, pois aí tinham ficado pessoas que se lembravam do nome dos santos que os seus antepassados invocavam.⁴⁵

Todavia, ainda que em menor escala, ocorreram algumas alterações e surgiram novos oragos, o que se poderá dever, pelo menos em parte, às influências transpirenaicas e novas canonizações ocorridas nos séculos XII e XIII, como explica Oliveira Marques.⁴⁶ O mesmo autor diz-nos que este é o caso, por exemplo, do culto a São Jorge, que apesar de ser um mártir não estava incluído no hagiográfico primitivo, e só a partir desta altura passou a integrar o nosso santoral. Contudo, e como se pode ver na área estudada, os novos santos permitiram que muitos dos anteriores persistissem, apesar de, em certos casos, alguns acabarem por ser esquecidos ou relegados à categoria de patronos locais.⁴⁷

No entanto, ainda que se perceba o reduzido número de oragos cujo culto é mais recente, entre o grupo de oragos com um culto mais antigo, o número de invocações também é bastante heterogéneo, como o Quadro 2 deixa transparecer. No topo da tabela e com um maior número de invocações encontrava-se Santa Maria, a detentora

⁴⁴ Domingos de A. Moreira, "Oragos Paroquiais Portugueses", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), III, 326.

⁴⁵ Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (Lisboa-Paris: Livraria Portugália Editora-Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947), 254-255.

⁴⁶ Marques, *A Sociedade*, 160.

⁴⁷ Marques, *A Sociedade*, 160.

de um dos cultos mais antigos do cristianismo.⁴⁸ À Virgem Maria eram dedicadas 24 igrejas, o que contrastava de forma bastante evidente com São Martinho, que a precedia com apenas 14 invocações (ainda que não se possa afirmar tratar-se do mesmo santo para todas as paróquias em que nos surge). Existia, portanto, uma diferença de 10 invocações entre estes cultos, caso se trate do mesmo São Martinho, o que se torna ainda mais considerável se estabelecermos uma comparação com Santo Adriano, São Cipriano, Santa Cristina, Santo Estêvão, Santo Isidoro, São Jorge, Santa Maria Madalena, São Nicolau e Santo Tirso, que apenas possuíam uma igreja consagrada a cada um.

É evidente, portanto, a popularidade de que gozava o culto a Santa Maria, notoriamente superior aos restantes nesta área geográfica. Mas, se a excluirmos do nosso panorama, assim como os santos já mencionados como detentores de apenas uma invocação, as disparidades são de igual modo consideráveis: os valores oscilam entre 3 e 14, tal como também se pode ver no Quadro 2.

Mas, se no que diz respeito ao número de invocações de cada santo possuímos valores muito díspares, quanto aos seus locais de origem também se verifica a existência de uma grande diversidade, e nem todos aqueles que eram venerados no espaço português eram comuns a toda a Cristandade. Alguns eram nativos da Península Ibérica ou intimamente relacionados com ela, e por isso o seu culto possuía um carácter local⁴⁹, como é o caso dos mártires peninsulares, Santo Isidoro de Sevilha ou São Tiago Maior. No geral, segundo Miguel de Oliveira⁵⁰ e Joseph Piel,⁵¹ tendo em conta a origem e também a categoria dos vários santos existentes, é possível dividir os patronos das paróquias aqui em análise nos seguintes grupos:

- mártires orientais: Santo Adriano de Nicomédia, Santa Cristina de Tiro, São Cristóvão de Lícia, São Jorge da Capadócia, São Mamede de Capadócia, Santa Marinha de Antioquia, São Nicolau de Lícia, Santo Tirso de Apolónia na Frígia;
- mártires peninsulares: Santa Eulália de Mérida, São Vicente de Saragoça, São Félix de Gerona, São Paio martirizado em Córdova;
- mártires africanos: São Cipriano de Cartago;
- outros santos que não se incluem nos grupos anteriores: apóstolos (Santo André, São Pedro e São Tiago Maior), venerados como mártires; o também mártir Santo

⁴⁸ Joseph M. Piel, "Os Nomes", 26, 304.

⁴⁹ Marques, *A Sociedade*, 160.

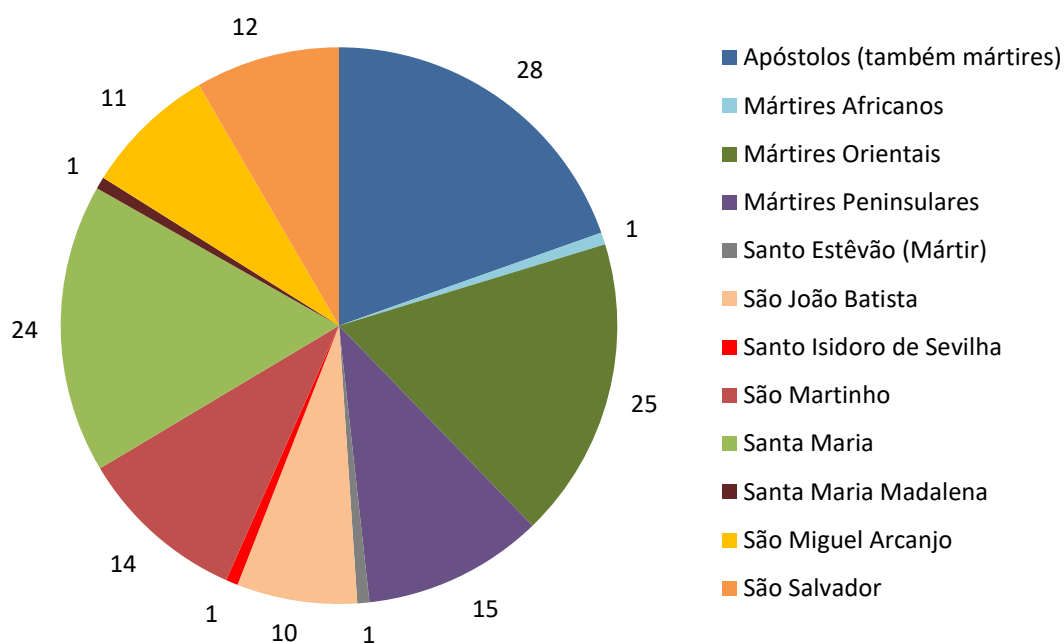
⁵⁰ Oliveira, *As Paróquias*, 165-166.

⁵¹ Piel, "Os Nomes", 25, 306-353 e Piel, "Os Nomes", 26, 281-314.

Estêvão; São Salvador; Santa Maria; São João Batista; o Arcanjo São Miguel; Santa Maria Madalena; Santo Isidoro de Sevilha; São Martinho, que poderá ser de Tours ou de Dume.

O gráfico circular que se segue permite-nos compreender melhor esta divisão:

Gráfico 1. Divisão por Grupos (de acordo com a Origem e Categoria) dos Oragos de Entre Douro e Vouga na Segunda Metade do Séc. XIII



Fontes: Elaborado a partir das Inquirições Gerais de 1258 e 1288 e registos documentais recolhidos em: Moreira, "Freguesias", 1ª Série, 35, 141-237; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 2, 7-86; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 3/4, 61-157; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 5/6, 7-53; Moreira, "Freguesias", 2ª Série, 7/8, 7-117.

Este gráfico torna evidente que o culto primitivo dos santos mártires continuava a ser bastante significativo neste território na segunda metade do século XIII, sobretudo o de alguns apóstolos, que no seu conjunto possuíam 28 invocações, seguidos por alguns mártires Orientais, aos quais eram dedicadas 25 igrejas. De uma forma geral, se juntarmos cada fração referente aos santos mártires, percebemos que cerca de metade das 143 igrejas paroquiais contempladas neste artigo estavam consagradas a si. Ainda assim, o culto a Santa Maria continua a mostrar-se como um dos mais significativos na altura.

Tendo ainda em conta o Quadro 2 e a Gráfico 1, se somarmos o grupo dos 15 mártires peninsulares, com a invocação de Santo Isidoro de Sevilha e as 9 invocações de São Tiago, percebemos que existiam, pelo menos, 25 paróquias consagradas a santos peninsulares ou intimamente relacionados com o espaço peninsular. Todavia,

este número poderia ser superior, no caso das invocações a São Martinho mencionadas pelas *Inquirições Gerais* se referirem, ainda que em parte, a São Martinho de Dume.

Relativamente à distribuição geográfica dos vários oragos, podemos afirmar que é bastante irregular, não sendo possível definir a existência de uma tendência para escolher determinados santos mais a norte ou mais a sul, em zonas mais costeiras ou em localidades mais interiores. Na verdade, são raras as vezes em que o mesmo santo é venerado em paróquias muito próximas, sendo que nunca o é em paróquias vizinhas.

Assim, considerando todos estes aspetos antes discutidos, seria de igual modo interessante tentar perceber os motivos que estiveram na origem da escolha destes santos como padroeiros, de forma a compreender também a predominância de uns em relação a outros. É certo que essa é uma tarefa demasiado complexa e exigente para poder ser apresentada no âmbito deste artigo, mas é impossível não se deixarem algumas considerações acerca daqueles possíveis motivos.

Sabemos que o facto de alguns santos verem o seu culto ser largamente difundido, ao contrário do que acontecia com outros, era um dos fatores que influenciava a sua escolha como padroeiros de uma paróquia. Por exemplo, segundo Saul António Gomes, as autoridades diocesanas e os meios monásticos hispânicos foram responsáveis pela difusão do culto de várias devoções no território peninsular, como é o caso de São Salvador e de Santa Maria, seguidos pelos apóstolos e outros mártires.⁵²

Todavia, ainda que possa ter existido um condicionalismo inicial, uma vez que alguns santos eram mais afamados do que outros e nem todos eram conhecidos, os diferentes percursos de vida de cada um poderão também ter tido influência na sua escolha como patronos de uma igreja paroquial. Se considerarmos a conjuntura política, económica, social, cultural e religiosa vivida no momento em que ocorreu a consagração de cada igreja paroquial a determinado santo, é possível que as suas características e percursos de vida tenham influenciado essa escolha. Por exemplo, os santos mártires, ainda que em comum tivessem o martírio (que adquiria diversas formas) e a sua morte pela fé em Deus, tiveram percursos de vida desiguais, o que poderá estar relacionado com os motivos da sua escolha como padroeiros e da maior predominância de uns em relação a outros.

Como sabemos, estes percursos de vida foram relatados em vários martirólogos elaborados ao longo da Idade Média. No entanto, estes não eram testemunhos

⁵² Saul António Gomes, "A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural", Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), I, 343.

totalmente fidedignos das suas vidas. Se tivermos em conta que os hagiógrafos os escreveram quando lhes ocorreu fazê-lo, e que muitas vezes decorriam vários anos entre esse momento da escrita e o momento em que o santo viveu, percebe-se que seria impossível saber exatamente o que ocorreu séculos antes, e que, portanto, muitas das vidas descritas nestas hagiografias são lendárias, estando mais ou menos longe da realidade.⁵³ Assim, é com desconfiança que olhamos hoje para estes relatos, sem nos deixarmos convencer inteiramente pelo seu conteúdo (tendo em conta que uns são mais fantasiosos que outros). No entanto, na época medieval não seria assim e, como tal, seria com base nestas lendas que os santos eram conhecidos e invocados.

Por exemplo, em relação a São Pedro (o apóstolo e mártir com o maior número de paróquias consagradas, ou seja, 13), um santo detentor de um culto já muito antigo e consolidado (o seu nome consta no primeiro calendário da Igreja de Roma, que data de 354),⁵⁴ poderá ter pesado na sua escolha o facto de ser conhecido como o primeiro bispo e aquele a quem foram confiadas as chaves do céu.⁵⁵

Também São Miguel, um dos sete arcanjos de Deus, possuía um número considerável de invocações, mais particularmente 11. Para este número de igrejas consagradas ao arcanjo poderá ter contribuído o facto de este ser apresentado como militar (por ter vencido os anjos rebeldes no início dos tempos), como elo de ligação entre Deus e os Homens e como estando encarregue de pesar as almas e avaliar se são ou não dignas de entrar no reino dos Céus.⁵⁶

Já no caso de São Tiago, apóstolo e mártir, também com uma presença evidente neste território em estudo, poderá ter contribuído para a sua escolha o facto de estar intimamente relacionado com a Península Ibérica e com a Reconquista cristã, pois aqui foram encontradas as suas relíquias e terá aparecido no céu incitando e prestando apoio aos cristãos na guerra contra os mouros.⁵⁷

É certo que, tal como São Tiago, também São Jorge possuía grande fama por estar associado ao movimento da Reconquista Cristã. Mas, se o primeiro possuía nove invocações, o segundo apenas uma. Como sabemos, o culto a São Tiago era mais antigo, e foi largamente difundido por toda a Hispânia desde o aparecimento das suas relíquias no século IX. Já o culto a São Jorge era mais recente, iniciado sobretudo nos

⁵³ Daix, *Dicionário*, 13.

⁵⁴ Daix, *Dicionário*, 14.

⁵⁵ Jorge Campos Tavares, *Dicionário de Santos* (Porto: Lello & Irmão, 1990), 117-118, 190.

⁵⁶ Tavares, *Dicionário*, 20, 181.

⁵⁷ Tavares, *Dicionário*, 137-138.

séculos XII e XIII e trazido para Portugal por influência dos cruzados.⁵⁸ Assim, como já antes vimos, o facto de apesar das incursões muçulmanas se terem continuado a venerar os padroeiros primitivos, limitou o aparecimento de novas invocações, o que pode ajudar a explicar aqueles valores.

No entanto, não podemos afirmar que a sua fraca presença neste território como padroeiro, assim como a de todos os santos que nos surgem com apenas uma ou pouco mais invocações, signifique que não eram venerados pelos fiéis de outras paróquias de entre Douro e Vouga. Na verdade, ainda que não fossem escolhidos como orago principal, podiam estar presentes como oragos secundários nas igrejas paroquiais, ou em capelas, mosteiros e altares domésticos.

Todavia, ainda que através destes exemplos fossemos levados a crer que, pelo menos em alguns casos, as características e os percursos de vida atribuídos a cada santo poderiam ter contribuído para a sua escolha como padroeiros, não o podemos afirmar. Estas considerações são apenas parte de uma reflexão que necessita de uma sólida base de investigação, para que se possam compreender os verdadeiros motivos que poderão ter contribuído para a escolha destes santos como oragos destas paróquias. Saber a data da consagração de cada igreja a determinado santo, conhecer os martirológios que circulavam na zona em estudo aquando da escolha do orago, a influência dos meios monásticos e das autoridades diocesanas nessa mesma época, ou a conjuntura política, económica, social, cultural e religiosa da altura, são alguns dos aspetos que se devem ter em conta para se tentar chegar às respostas pretendidas.

4.1. O Caso de Santa Maria

De entre todos os oragos existentes entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII, era Santa Maria, como vimos, aquela que detinha o maior número de invocações, não sendo possível, por isso, deixar de aqui se analisar mais de perto algumas questões relacionadas com o seu culto.

Como sabemos, o culto mariano não era apenas significativo no território aqui em estudo, mas em todo o território português, “a ponto da terra portuguesa nos alvares da nacionalidade se apelidar de Terra de Santa Maria, primeiramente referido à terra entre Douro e Vouga e ampliado a todo o território”.⁵⁹

⁵⁸ Tavares, *Dicionário*, 86-87.

⁵⁹ Carlos A. Moreira Azevedo, “Mariologia Portuguesa”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001), IV, 445.

De facto, aquando do processo de reconquista e formação de Portugal, vários fatores contribuíram para um fortalecimento da devoção a Maria, levando a que, como afirma Avelino de Jesus da Costa, a conquista e o povoamento de novas terras por parte dos portugueses fossem feitos em honra de Deus e da Virgem e a ela se confiassem a nossa defesa e conservação do território.⁶⁰ Este investigador acrescenta ainda que, aqueles que morriam na luta contra os infiéis eram considerados heróis e mártires da pátria, da Igreja e da Virgem, que os movia neste espírito de cruzada e que, como agradecimento das suas vitórias, eram-lhe erguidas inúmeras capelas e igrejas. A tal somava o facto de ser escolhida como padroeira de todas as dioceses que se iam restaurando, e multiplicavam-se por Portugal os vários mosteiros que a escolhiam também como única ou principal padroeira.

Esta era uma situação em parte favorecida, como já antes foi dito, pelos grandes mosteiros, que do século XII a XV promoveram o culto mariano, devido à sua participação no mistério da paixão e morte de Cristo, assim como pela sua dignidade pessoal resultante da maternidade divina.⁶¹ Mas o facto de ser a mãe de Cristo, e portanto também dos cristãos, foi um fator bastante pesado para que grande parte das catedrais e um elevado número de igrejas paroquiais escolhessem a Virgem Maria como padroeira.⁶² Também o ideal cavaleiresco da Idade Média de exaltação da mulher, tendo como protótipo perfeito a Virgem Maria, contribuiu para a difusão e crescimento do seu culto aquando da fundação e povoamento de Portugal.⁶³

É ainda importante referir as influências vindas do estrangeiro, que desempenharam um papel não menos importante. Por toda a Europa circulavam vários livros e cadernos de milagres relativos à Nossa Senhora, que acabaram por chegar a Portugal pela mão de religiosos e cavaleiros que iam em peregrinação a santuários e terras para lá dos Pirenéus.⁶⁴ Fortunato de Almeida salienta que nestes livros, onde se podiam ver notícias de devoções, “o culto de Nossa Senhora era dos que mais inflamavam a piedade dos fiéis”.⁶⁵ Já Domingos A. Moreira Azevedo diz-nos que Maria

⁶⁰ Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitania Sacra*, 2 (1957): 7.

⁶¹ Azevedo, “Mariologia”, 445.

⁶² Costa, “A Virgem”, 9-11.

⁶³ Costa, “A Virgem”, 13.

⁶⁴ Costa, “A Virgem”, 14.

⁶⁵ Fortunato de Almeida, “Liturgia e Culto – Penitências”, Damião Peres (dir.), *História da Igreja em Portugal* (Porto: Portucalense Editora, 1967), I, 252.

era sempre descrita como exemplo de santidade para os cristãos, pois aceitou de plena vontade o pedido de Deus.⁶⁶

Todos estes fatores contribuíram, sem dúvida, para o grande aumento do número de invocações a Santa Maria aquando da formação de Portugal. Avelino de Jesus da Costa encontrou referências documentais a “mais de mil templos e lugares consagrados a Nossa Senhora até ao fim do século XV”.⁶⁷ Também Oliveira Marques afirma que “até ao fim do século XV, mais de mil consagrações a Maria se puderam observar nas igrejas, capelas e ermidas do território português. Nestas incluíram-se todas as sés catedrais e grande número de mosteiros”.⁶⁸

Torna-se até curioso perceber que, se pouco mais tinham em comum, todos grupos sociais (povo, clero, nobreza e realeza) estavam pelo menos unidos na devoção à Virgem (embora cada um o fizesse de acordo com as tradições e posses da sua classe social). O povo via-a como a protetora dos fiéis em quase todos os planos da sua vida, e muitas das doações piedosas dos reis portugueses eram feitas em seu nome.⁶⁹

No entanto, ainda que o culto a Santa Maria possa ter sido impulsionado a partir desta altura, era já muito antigo em Portugal, e muitos dos templos dedicados à Virgem já o seriam antes da Reconquista. De encontro ao que afirmava Pierre David, Avelino de Jesus da Costa diz-nos que:

[sendo] norma geral do tempo da Reconquista restaurar os templos sob a invocação dos antigos oragos, podemos concluir que, salvo raras exceções, as sés e templos restaurados neste período sob a invocação de Santa Maria já eram dedicados à Virgem antes da invasão dos Árabes. É que, mesmo durante a ocupação destes, puderam manter-se sempre núcleos de cristãos que [...] conservaram a tradição e devoção religiosas dos antepassados e, portanto, os mesmos padroeiros. E a devoção mariana manteve-se bem viva até nas terras dominadas pelos Muçulmanos durante longos séculos.⁷⁰

Contudo, tal como também explicava Pierre David, ainda que este estabelecesse o rio Tejo como limite, Avelino de Jesus da Costa explica igualmente que, quando o Condado Portucalense se separou da monarquia leonesa, a norte do rio Mondego existia já uma população densa, antiga e presa à terra, que mantinha as suas tradições, conservando ou restaurando as suas igrejas sob a invocação dos oragos escolhidos

⁶⁶ Azevedo, “Mariologia”, 445.

⁶⁷ Costa, “A Virgem”, 11.

⁶⁸ Marques, *A Sociedade*, 161.

⁶⁹ Gomes, “A religião”, 378.

⁷⁰ Costa, “A Virgem”, 8.

pelos seus antepassados. Já a sul deste rio, excetuando apenas Lisboa e algumas vilas e fortalezas, a população era dispersa ou tinha-se fixado recentemente e portanto, sem qualquer tradição ligada à história local. Deste modo, os colonos ou conquistadores (vindos sobretudo do norte) podiam escolher, sem qualquer embargo, os oragos que desejavam para as igrejas que iam construindo ou restaurando.⁷¹

Assim sendo, podemos concluir que, pelo menos em parte, a presença de Santa Maria como padroeira já é antiga nas paróquias mais a norte, pelo menos anterior à reconquista, uma vez que existia a tendência de invocar os antigos oragos. Já nas paróquias mais para sul, sendo menos os oragos dos quais havia memória e tendo-se dedicado muitos templos a novos cultos, como seria o caso da Virgem, muitas das suas invocações deverão ser aí mais recentes, assim como em maior número, se considerarmos que, tal como vimos, a sua devoção se difundiu largamente nesta altura.

De facto, atendendo a um estudo realizado por Avelino de Jesus da Costa com base no *Censo da População do Reino de Portugal*, de 1890, podemos constatar que as freguesias a norte do rio Mondego apresentam apenas uma pequena percentagem de paróquias dedicadas a Santa Maria, em contraste com o registado para sul. Segundo este autor, das 2.365 freguesias a norte daquele rio, 450 eram dedicadas à Virgem, ou seja, 19%. Já para sul, das 1.374 freguesias existentes, 582 eram consagradas a Maria, o que equivale a 42,35%.⁷²

É por este motivo que também Oliveira Marques, referindo-se à invocação de Santa Maria como padroeira, diz serem “as províncias do Centro e do Sul, recristianizadas nos séculos XIII e XIV, que ostentaram a maior percentagem de tais consagrações”.⁷³ Também Domingos A. Moreira Azevedo chama à atenção para o mesmo, quando menciona que dos grandes mosteiros a devoção à Virgem viu-se estendida às paróquias, “com acrescido número para sul”.⁷⁴

Na verdade, tendo em conta a área aqui estudada, verifica-se até que a tendência de escolher Santa Maria como padroeira aumenta à medida que subimos geograficamente e não à medida que descemos para sul. Nos concelhos mais a sul da área em estudo, é quase nula a presença da Virgem Maria: Murtosa, Estarreja e Albergaria-a-Velha não lhe dedicam qualquer paróquia, e no concelho de Sever do Vouga, apenas uma lhe é consagrada (Santa Maria de Sever). Se subirmos mais um

⁷¹ Costa, “A Virgem”, 13.

⁷² Costa, “A Virgem”, 12-13.

⁷³ Marques, *A Sociedade*, 161.

⁷⁴ Azevedo, “Mariologia”, 445-446.

pouco, encontramos três paróquias em Ovar (Cortegaça, Esmoriz e Válega), duas em Oliveira de Azeméis (Pindelo e Ul) e também duas em Vale de Cambra (Macieira de Cambra e Vila Chã). Mais a Norte, verifica-se a existência de seis paróquias que lhe são consagradas no concelho de Santa Maria da Feira (Arrifana, Fiães, Meladas, Pigeiros, Santa Maria de Lamas e Vale) e duas em Arouca (Fermado e Rossas). Finalmente, o concelho de Vila Nova de Gaia dedica-lhe três paróquias (Gulpilhares, Olival e Sandim) e Castelo de Paiva duas (Santa Maria de Sardoura e Sobrado).

Portanto, se considerarmos que a consagração das igrejas paroquiais de entre Douro e Vouga, pelo menos em grande parte, ocorreu num período recuado, ainda antes da reconquista cristã, é possível afirmar que a devoção a Nossa Senhora é de facto muito antiga e sempre foi importante, tendo em conta que no conjunto de todas as paróquias contabilizadas é a detentora do maior número de invocações.

Contudo, mesmo no Norte, apesar de se manterem os oragos tradicionais, a influência do culto mariano não deixou de se fazer sentir. Ergueram-se vários altares a Maria dentro das igrejas paroquiais, assim como alguns templos exclusivamente dedicados a si.⁷⁵ Pintaram-se ainda histórias sobre a Virgem em retábulos, e esculpíram-se relevos, “igualmente coloridos, que se expunham nos frontais dos altares, junto de túmulos e capelas próprias dispersas pelos interiores dos templos e dos claustros”.⁷⁶

Conclusão

Tendo em conta os aspetos discutidos ao longo das páginas anteriores, foi possível perceber que os oragos invocados entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII constituíam um grupo bastante heterogéneo, estando alguns santos mais presentes neste território em comparação com outros. Ao dividi-los por grupos, vimos que os mártires presidiam cerca de metade das paróquias aqui em análise, mas que, dentro destes, existiam também disparidades consideráveis, sendo sobretudo os mártires orientais aqueles que reuniam o maior número de invocações. Mas, no geral, quem liderava entre todos os padroeiros era Santa Maria.

Por o culto à Virgem Maria ser tão importante e a sua presença não passar despercebida, foi-lhe dedicado um ponto específico. Ali foram apresentados alguns dos fatores que contribuíram para a fama e difusão do seu culto aquando do processo da reconquista cristã, como era caso do ideal cavaleiresco medieval, da circulação de

⁷⁵ Costa, “A Virgem”, 14-15.

⁷⁶ Gomes, “A religião”, 379.

livros de milagres onde a sua figura era exaltada ou das dignidades eclesiásticas e instituições monásticas que incentivavam a sua devoção. No entanto, percebemos também que o culto mariano era já antigo e que, sobretudo para norte, a maior parte dos templos de que se apresentava como patrona na segunda metade do século XIII, já lhe eram dedicados antes destas influências, ao contrário das zonas mais a sul. Portanto, sendo Santa Maria o orago com uma maior presença neste território, podemos também concluir que, mesmo antes destas influências, o seu culto já era importante e significativo, ainda que viesse a ser impulsionado e a ganhar maior destaque durante o período da reconquista cristã.

Todavia, existe a consciência de que este tema não foi aqui esgotado, uma vez que sabemos quais os oragos invocados entre Douro e Vouga na segunda metade do século XIII e quais aqueles cuja presença é mais significativa; mas seria importante, como foi referido mais atrás, perceber os motivos que estiveram na origem da escolha destes oragos, de forma a entender também o motivo pelo qual uns estavam mais presentes que outros.

Seria de igual modo interessante averiguar, por exemplo, se existe alguma relação entre as paróquias que escolheram São Tiago como padroeiro e a passagem dos caminhos de peregrinação até ao seu maior local de culto em Compostela. Contudo, tanto em relação a este aspeto, como em relação a tudo o que aqui foi discutido, não nos podemos esquecer de que apenas se teve em consideração os santos padroeiros, sendo que seriam muitos outros os santos presentes nos altares secundários das igrejas paroquiais, em altares domésticos ou noutras capelas. Se pudéssemos conhecer também esses santos certamente que o panorama hagiográfico seria totalmente diferente e decerto seriam levantadas outras questões e chegaríamos a outras conclusões. Mas, tendo em conta a dimensão proposta para este projeto, estes são aspetos que já não podemos aqui discutir. São, no entanto, questões importantes que, quem sabe, talvez se possam vir a desenvolver no futuro.

Fontes

Impressas

Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, vol. I, parte II, fascículo VI. Lisboa: Academia das Ciências, 1917.

Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, vol. I, parte II, fascículo VII. Lisboa: Academia das Ciências, 1936.

Portugaliae Monumenta Historica Nova Série. Inquisitiones (edição de José Augusto de Sottomayor-Pizarro), vol. IV, tomo 2 - Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291. Lisboa: Academia das Ciências, 2015.

Bibliografia

Almeida, Fortunato de. “Liturgia e Culto – Penitências”, Damião Peres (dir.), *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967. Volume I, 251-253.

Azevedo, Carlos A. Moreira. “Mariologia Portuguesa”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume IV, 445-457.

Costa, Avelino de Jesus da. “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”. *Lusitania Sacra*, 2 (1957): 7-49.

Costa, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1959. Volume I.

Daix, Georges. *Dicionário dos Santos: Do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses*. Lisboa: Terramar, 2000.

David, Pierre. *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*. Lisboa-Paris: Livraria Portugália Editora-Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947.

Gomes, Saul António. “A Religião dos Clérigos: Vivências Espirituais, Elaboração Doutrinal e Transmissão Cultural”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Volume I, 339-421.

Jorge, Ana Maria C. M., e Bernardo de Sá Nogueira. “Organização Eclesiástica do Espaço”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Volume I, 137-201.

Marques, A.H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana*. 4ª Edição. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

- Marques, Maria Alegria Fernandes. “O Clero – Homens de Oração e Ação”, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1996. Volume III, 225-251.
- Mattoso, José. “Paróquia. I. Até ao Século XVIII”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume III, 372-376.
- Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 34 (1971): 19-149.
- Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais (Continuação do Vol. XXXIV – Fascs. 3-4). II Parte: Inventariação Onomástica”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1ª Série, 35 (1972): 141-237.
- Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais. 2ª Parte: Inventariação Onomástica (B-F)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 2 (1984): 7-86.
- Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais. II Parte - Inventariação Onomástica (Fascículo G-O)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 3/4 (1985/6): 61-157.
- Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais. II Parte - Inventariação Onomástica (Fascículo P)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 5/6 (1987/8): 7-53.
- Moreira, Domingos A. “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Altomedievais. 2ª Parte: (Fascículo R-V) – (Conclusão)”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, 7/8 (1989/90): 7-117.
- Moreira, Domingos de A. “Oragos Paroquiais Portugueses”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume III, 325-328.
- Nogueira, Bernardo de Sá. “Geografia Eclesiástica. I. Época Medieval”, Carlos A. Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. Volume II, 289-294.
- Oliveira, Miguel de. *As Paróquias Rurais Portuguesas: Sua Origem e Formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.

Piel, Joseph M. "Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular". *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 25 (1949): 287-353.

Piel, Joseph M. "Os Nomes dos Santos Tradicionais Hispânicos na Toponímia Peninsular". *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 26 (1950): 281-314.

Tavares, Jorge Campos. *Dicionário de Santos*. Porto: Lello & Irmão, 1990.